



## EDITAL

----- MÁRIO CONSTANTINO ARAÚJO LEITE DA SILVA LOPES, Dr., PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS:-----

----- TORNA PÚBLICO que este órgão executivo, em reunião realizada no dia 14 de junho de 2024, deliberou aprovar uma minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre o Município de Barcelos, como primeiro outorgante, e a Associação Clube Moto Galos de Barcelos, como segundo outorgante, o qual tem em especial por objeto o fomento, a divulgação e a prática do desporto nas modalidades não profissionais no concelho de Barcelos, concretamente nas modalidades de supermoto, enduro7todo-o-terreno, flat track, mototurismo, radiomodelismo e trial. A minuta ora aprovada é integralmente publicada em anexo ao presente edital, dele fazendo parte integrante. Quando disponível, a versão final do documento, revestindo então a forma de contrato-programa, vai ser publicitada no sítio do município na Internet, em [www.cm-barcelos.pt](http://www.cm-barcelos.pt), nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março.-----

----- Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser publicados nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro.-----

----- Paços do Concelho de Barcelos, 27 de setembro de 2024.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Mário Constantino Lopes, Dr.)

**CONTRATO – PROGRAMA**  
**DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2024**  
**MEDIDAS DE APOIO I-A/I-B/II-A/II-B**

**MUNICÍPIO DE BARCELOS**  
**ASSOCIAÇÃO CLUBE MOTO GALOS DE BARCELOS**

Considerando:

1 – As atribuições que os municípios dispõem no domínios dos tempos livres e desporto e a competência da Câmara Municipal para “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...) e “Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...), conforme alínea f), do n.º2 do artigo 23.º e das alíneas o) e u) do n.º1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada.

2 – O disposto nos artigos 7.º, 46.º e 47.º, da Lei n.º5/2007, de 16 de janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

3 – O Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, que define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, na sua redação atualizada.

É celebrado livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, entre:

1 - **MUNICÍPIO DE BARCELOS**, pessoa coletiva n.º505 584 760, com sede no Largo do Município, 4750-323, união das freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro), concelho de Barcelos, neste ato representado por, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a) do n.º1 do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE**; E

2 - **ASSOCIAÇÃO CLUBE MOTO GALOS DE BARCELOS**, pessoa coletiva n.º504 344 277, com sede na Central de Camionagem – Avenida das Pontes, Apartado 5046, 4750-206, freguesia de Arcozelo, concelho de Barcelos, neste ato representada pelo seu presidente da Direção, Pedro Manuel Rufino de Sousa, pelo seu Secretário, António Alberto Agra da Silva, e pelo seu Tesoureiro, Américo António Pereira Ferreira, com plenos poderes para o ato, doravante designada por **SEGUNDO OUTORGANTE**.

O qual se regerá pelo disposto nas Cláusulas seguintes e no que for omissivo pela legislação aplicável em vigor.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA**

### **(Medidas de apoio)**

Medidas de apoio contempladas no presente contrato:

- a) Medida de apoio I-A – Apoio à organização de competições/provas/formação de caráter regular, nas modalidades de supermoto, enduro/todo-o-terreno, todas as modalidades, flat track, mototurismo, radiomodelismo e trial;
- b) Medida de apoio I-B – Apoio à participação em competições/provas de caráter regular, nas modalidades de velocidade, enduro/todo-o-terreno, trial, supermoto, radiomodelismo, mototurismo, motonáutica e flat track;
- c) Medida de apoio II-A – Apoio à organização de atividades ou eventos desportivos específicos e pontuais, nas modalidades de downhill e enduro/todo-o-terreno;
- d) Medida de apoio II-B – Apoio à participação em atividades/eventos desportivos específicos e pontuais, na modalidade de downhill e mototurismo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

### **(Objeto)**

Constituem objeto do presente contrato a execução de programas de desenvolvimento desportivo apresentados pelo Segundo Outorgante, de natureza financeira, material e/ou logística, consubstanciados em especial no fomento, divulgação e prática do desporto nas modalidades não profissionais no concelho de Barcelos, concretamente nas modalidades mencionada na Cláusula Primeira supra.

## **CLÁUSULA TERCEIRA**

### **(Prazo de execução do programa)**

Sem prejuízo da eventual revisão e/ou cessação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo por acordo das partes contratantes, a sua execução reporta-se ao ano 2024, com início a 1 de janeiro de 2024 e término a 31 de dezembro de 2024.

## **CLÁUSULA QUARTA**

### **(Custo de execução do programa)**

1 - Os custos apresentados pelo Segundo Outorgante nos programas de desenvolvimento desportivo são:

1.1. - Medida de apoio I-A:

- a) Supermoto: 3.000,00€ (três mil euros);
- b) Enduro/Todo-o-Terreno: 20.000,00€ (vinte mil euros);
- c) Todas as modalidades: 12.000,00€ (doze mil euros);
- d) Flat Track: 3.000,00€ (três mil euros);
- e) Mototurismo: 3.000,00€ (três mil euros);
- f) Radiomodelismo: 20.000,00€ (vinte mil euros);

g) Trial: 2.000,00€ (dois mil euros).

1.2. - Medida de apoio I-B:

a) Velocidade: 12.000,00€ (doze mil euros);

b) Enduro/Todo-o-Terreno: 4.000,00€ (quatro mil euros);

c) Trial: 1.500,00€ (mil e quinhentos euros);

d) Supermoto: 3.000,00€ (três mil euros);

e) Radiomodelismo: 5.000,00€ (cinco mil euros);

f) Mototurismo: 5.000,00€ (cinco mil euros);

g) Motonáutica: 5.000,00€ (cinco mil euros);

h) Flat Track: 3.000,00€ (três mil euros).

1.3. - Medida de apoio II-A:

a) Downhill: 500,00€ (quinhentos euros);

b) Enduro/Todo-o-Terreno: 3.000,00€ (três mil euros).

1.4. - Medida de apoio II-B:

a) Downhill: 3.000,00€ (três mil euros);

b) Mototurismo: 7.000,00€ (sete mil euros).

## CLÁUSULA QUINTA

### (Comparticipação)

1 - Para a execução dos programas de desenvolvimento desportivo é celebrado o presente contrato no qual o Primeiro Outorgante concede ao Segundo Outorgante:

1.1. - Uma participação financeira para apoio à participação em competições/provas de carácter regular, Medida I-B:

1.1.1. - Na modalidade de velocidade:

1.1.1.1. - até 2.000,00€ (dois mil euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

a) 1.000,00€ (mil euros), após assinatura do contrato;

b) 1.000,00€ (mil euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da participação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto.

1.1.2. - Na modalidade de enduro/todo-o-terreno:

1.1.2.1. - até 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

a) 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), após assinatura do contrato;

b) 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da

comparticipação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto.

1.1.3. - Na modalidade de trial:

1.1.3.1. – até 500,00€ (quinhentos euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

- a) 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), após assinatura do contrato;
- b) 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da participação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto.

1.1.4. - Na modalidade de supermoto:

1.1.4.1. – até 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

- a) 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), após assinatura do contrato;
- b) 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da participação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto.

1.1.5. - Na modalidade de radiodelismo:

1.1.5.1. – até 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

- a) 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros), após assinatura do contrato;
- b) 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da participação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto.

1.1.6. - Na modalidade de mototurismo:

1.1.6.1. – até 3.000,00€ (três mil euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

- a) 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), após assinatura do contrato;
- b) 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da participação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto.

1.1.7. - Na modalidade de motonáutica:

1.1.7.1. – até 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

- a) 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros), após assinatura do contrato;
- b) 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da participação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto.

1.1.8. - Na modalidade de flat track:

1.1.8.1. – até 1.200,00€ (mil e duzentos euros), onde se inclui o apoio à filiação das equipas, inscrições dos atletas federados e respetivos técnicos e dirigentes (até dois técnicos e um dirigente por equipa), disponibilizada após confirmação da existência de fundos disponíveis, que será efetuada nos seguintes moldes:

- a) 600,00€ (seiscentos euros), após assinatura do contrato;
- b) 600,00€ (seiscentos euros), após entregar os comprovativos de despesas, relativos ao valor total da comparticipação financeira atribuída, e os mesmos serem validados pelo Pelouro do Desporto

1.2. - Uma comparticipação financeira no valor até 19.300,00€ (dezanove mil e trezentos euros) para apoio à organização de competições/provas/formação de caráter regular, nas modalidades de supermoto, enduro/todo-o-terreno, todas as modalidades, flat track, mototurismo, radiomodelismo e trial (Medida de apoio I-A); apoio à organização de atividades/eventos desportivos específicos e pontuais, nas modalidades de downhill e enduro/todo-o-terreno (Medida de apoio II-A); e apoio à participação em atividades/eventos desportivos específicos e pontuais, na modalidade de downhill e mototurismo (Medida de apoio II-B).

1.3. - O montante global relativo aos pontos 1.1 e 1.2. do n.º1 da presente Cláusula, perfaz o montante global de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros).

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **(Comparticipação material/logística)**

I - O Primeiro Outorgante concede apoio material/logístico ao Segundo Outorgante, nomeadamente grades, cones de sinalização, placas de trânsito, tendas, contentores para recolha indiferenciada, kits de reciclagem, big-bags, pontos de água, estacas de madeira, mesas e cadeiras, pódio, pórticos, instalações desportivas do Município de Barcelos, incluindo os balneários, para apoio à organização das seguintes atividades/eventos, mediante pedido a apresentar ao Primeiro Outorgante, o qual será analisado e decidido conforme disponibilidade dos serviços:

1.1. - Medida I-A, Supermoto:

- a) Campeonato Nacional de Supermoto 2024;
- b) Comissários de Pista (Apoio).

1.2. - Medida I-A, Enduro/Todo-o-Terreno:

- a) X-Trophy Barcelos 2024.

1.3. - Medida I-A, Todas as Modalidades:

- a) Open Day Moto Galos 2024.

1.4. - Medida I-A, Flat Track:

- a) Etapa do Campeonato Nacional de Flat Track 2024.

1.5. - Medida I-A, Mototurismo:

- a) 27.º Troféu Nacional Moto-Ralis FMP.

1.6. - Medida I-A, Radiomodelismo:

- a) IBC – International Buggy Challenge 2024;

- b) 3.ª Etapa do Campeonato Nacional de Elétricos 2024;
- c) 3.ª Etapa do Campeonato Nacional de Nitro 2024;
- d) Troféu Moto Galos 2024.

1.7. - Medida I-A, Trial:

- a) Etapa do Campeonato Nacional de Trial 2024.

1.8. - Medida II-A, Downhill:

- a) 1.º e 2.º Meeting DHI/Enduro.

1.9. - Medida II-A, Enduro/Todo-o-terreno:

- a) 23.º Passeio Todo-o-terreno Moto Galos;
- b) Resistência 50cc TT.

2 – O Primeiro Outorgante, mediante pedido a efetuar pelo Segundo, pode ceder a utilização dos seus equipamentos desportivos.

3 – O Primeiro Outorgante, mediante pedido a efetuar pelo Segundo, pode conceder um apoio material/logístico para além do mencionado nos números anteriores, o qual será analisado e decidido conforme disponibilidades.

4 – Todos os encargos inerentes à realização dos programas de desenvolvimento desportivo, não abrangidos pela comparticipação atribuída nos termos da Cláusula Quinta e Cláusula Sexta, do presente contrato, serão suportados pelo Segundo Outorgante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **(Obrigações do Primeiro Outorgante)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Proceder ao pagamento da comparticipação prevista na Cláusula Quinta, nos termos estabelecidos;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

##### **(Obrigações do Segundo Outorgante)**

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

- 1.1. - Executar os programas de atividades apresentados ao Primeiro Outorgante, que constituem objeto do presente contrato, de forma a atingir os objetivos expressos nos programas de desenvolvimento desportivo.
- 1.2. - Salvaguardar a existência de um seguro de responsabilidade civil extracontratual e de acidentes pessoais para:
  - a) As suas atividades que se desenvolvam em espaços do Estado Português, do Município ou das freguesias, integrados nos respetivos domínios público ou privado;
  - b) As suas instalações ou sob a sua administração;
  - c) As atividades por si organizadas e que se desenvolvam em espaços não públicos.
- 1.3. - Assegurar que os seus atletas tenham efetuado os exames de avaliação médico-desportiva para efeitos

competitivos.

1.4. - Assegurar que os seus treinadores disponham das habilitações necessárias, ao abrigo da legislação, para o desempenho das suas funções.

1.5. - Proporcionar todas as condições para que a prática desportiva seja desenvolvida com total observância dos princípios éticos e com respeito pela integridade moral e física dos intervenientes.

1.6. - Cumprir as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social.

1.7. - Respeitar o prazo de execução predeterminado.

1.8. - Manter, de acordo com o estabelecido no n.º3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, um registo detalhado e atualizado dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim.

1.9. - Colocar, sem prejudicar a época desportiva, o pessoal técnico à disposição do Município em períodos e atividades a combinar entre as partes.

1.10. - Participar, a pedido do Primeiro Outorgante e sem qualquer tipo de contrapartidas, em ações de promoção e divulgação da modalidade, a pedido daquele e com uma antecedência mínima de 30 (trinta dias), desde que os mesmos decorram dentro da área geográfica do Concelho de Barcelos e não colidam com as suas atividades oficiais.

1.11. - Publicitar o Primeiro Outorgante nos equipamentos desportivos, quando aplicável, bem como em todos os meios de promoção e divulgação dos programas de desenvolvimento desportivo através dos canais/meios existentes e disponíveis.

1.12. - Colocar uma faixa com a designação “O Município de Barcelos apoia o Desporto”, ou outra, nos locais ou recintos desportivos. A faixa deverá permanecer no recinto desportivo enquanto durar o respetivo contrato de desenvolvimento desportivo.

1.13. - Informar por escrito o Primeiro Outorgante, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias sempre que, para a realização das atividades propostas nos programas de desenvolvimento desportivo, necessite do apoio mencionado no ponto 3 da Cláusula Sexta.

1.14. - Assegurar as autorizações necessárias para a realização dos eventos/atividades propostas nos programas de desenvolvimento desportivo, junto das entidades competentes.

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **(Direitos dos Outorgantes)**

Constituem direitos dos Outorgantes:

- a) Exigir o integral cumprimento do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

##### **(Entidades associadas)**

1 – As entidades associadas, nos termos apresentados nos programas de desenvolvimento desportivo, são:



1.1. - Medida de apoio I-A:

- a) Supermoto: Federação de Motociclismo de Portugal;
- b) Enduro/Todo-o-Terreno: Federação de Motociclismo de Portugal;
- c) Flat Track: Federação de Motociclismo de Portugal;
- d) Mototurismo: Federação de Motociclismo de Portugal;
- e) Radiomodelismo: Federação Portuguesa de Rádio Modelismo Automóvel;
- f) Trial: Federação de Motociclismo de Portugal.

1.2. - Medida de apoio I-B:

- a) Velocidade: Federação de Motociclismo de Portugal;
- b) Enduro/Todo-o-terreno: Federação de Motociclismo de Portugal;
- c) Trial: Federação de Motociclismo de Portugal;
- d) Supermoto: Federação de Motociclismo de Portugal;
- e) Radiomodelismo: Federação Portuguesa de Rádio Modelismo Automóvel;
- f) Mototurismo: Federação de Motociclismo de Portugal;
- g) Motonáutica: Federação Portuguesa de Motonáutica e Union Internationale Motonautique;
- h) Flat track: Federação de Motociclismo de Portugal.

1.3. - Medida de apoio II-B:

- a) Mototurismo: Federação de Motociclismo de Portugal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

#### **(Destino e gestão da comparticipação)**

A comparticipação, atribuída no presente contrato, destina-se à execução dos programas de desenvolvimento desportivo mencionados na Cláusula Segunda, sendo a sua gestão e/ou manutenção da responsabilidade do Segundo Outorgante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

#### **(Sistema de acompanhamento e controlo da execução do programa)**

1 – Compete ao Primeiro Outorgante fiscalizar e verificar o exato desenvolvimento dos programas de atividades que justificaram a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro.

2 – Compete à entidade beneficiária da comparticipação prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa sempre que solicitados pelo Primeiro Outorgante.

3 – O Segundo Outorgante compromete-se a elaborar e enviar ao Primeiro Outorgante, no máximo, até ao dia 15 de janeiro de 2025, um relatório final sobre a execução do contrato-programa, fazendo referência expressa à sua execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

#### **(Cessação)**

1 – A vigência do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo cessa:

- a) Quando estiverem concluídos os programas de desenvolvimento desportivo que constituem o seu objeto;
- b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução dos programas, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
- c) Quando o Primeiro Outorgante exerça o direito de resolver o contrato nos termos do previsto no artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro;
- d) Quando, no prazo estipulado pelo Primeiro Outorgante, não forem apresentados os documentos mencionados no n.º2 do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro.

2 - A cessação do contrato-programa efetua-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante, por carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de trinta dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

#### **(Defesa da integridade e combate à violência, à corrupção e à dopagem associadas ao desporto)**

O incumprimento da legislação referente à defesa da integridade das competições, à luta contra a dopagem, à corrupção e à viciação dos resultados, à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, bem como das determinações das entidades competentes nestas áreas, implica, em conformidade com o n.º1 do Artigo 24.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, a suspensão de todos os apoios concedidos pelo Primeiro Outorgante, enquanto tal incumprimento se mantiver.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

#### **(Revisão)**

A revisão do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo rege-se pelo disposto no artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

#### **(Publicação)**

Deverão ser observadas as formas previstas na lei, nos termos do artigo 27.º, do Decreto – Lei n.º273/2009, de 1 de outubro, no que concerne à sua publicitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

#### **(Contencioso)**

Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo serão dirimidos nos termos do disposto no artigo 31.º, do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de outubro.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

#### **(Documentos complementares)**

Fazem parte integrante do presente contrato, os programas de desenvolvimento desportivo apresentados pelo Segundo Outorgante, nos termos do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º273/2009 de 1 de outubro.

O presente contrato-programa é feito em duplicado, valendo ambos como originais, os quais vão ser assinados pelas partes, que ratificam na totalidade o seu teor, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Barcelos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Pel' O Município de Barcelos

Pel' A Associação Clube Moto Galos de Barcelos

\_\_\_\_\_  
/Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes/  
Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
/Pedro Manuel Rufino de Sousa/  
Presidente da Direção

\_\_\_\_\_  
/António Alberto Agra da Silva/  
Secretário

\_\_\_\_\_  
/Américo António Pereira Ferreira/  
Tesoureiro